

VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS DA I GUERRA MUNDIAL: O CAPITÃO LAGE. BIOGRAFIA E HISTÓRIA*

MARIA OTILIA PEREIRA LAGE**

INTRODUÇÃO

Com base em fontes oficiais de incidência biográfica, documentos de arquivo particular e memórias familiares, traça-se a biografia de uma figura histórica, anónima, o capitão Manuel Ribeiro da Lage [1882-1980], natural do concelho e distrito de Viana do Castelo, militar graduado do Corpo Expedicionário Português na I Guerra Mundial, comandante da 1.^a Companhia do Batalhão de Infantaria 3, da «Brigada do Minho», prisioneiro de guerra condecorado como herói da batalha de La Lys, o qual é protagonista de uma carreira político-militar expressiva.

Na procura de uma análise do indivíduo em função da totalidade de que faz parte, privilegia-se um registo de natureza individual, concreto e singular, dimensões já hoje consideradas relevantes da análise historiográfica, o qual se cruza com referências a episódios históricos concretos protagonizados pelo indivíduo, mormente a batalha de la Lys, grande investida da Alemanha contra os exércitos Aliados, visando destroçar estes e sair vitoriosa da Guerra a que queria pôr cobro.

Organiza-se o presente artigo em duas partes: a primeira, de natureza biográfica, descritiva e analítica, subdividida em várias rubricas, e a segunda, mais de reflexão e conceptualização, em que se abordam diferentes tópicos da prática historiográfica essenciais à compreensão da transversalidade biografia – história e ao prosseguimento deste trabalho de investigação, estudo inédito de divulgação relevante no contexto comemorativo do centenário da I Guerra Mundial.

* Nova versão desenvolvida de artigo da «Revista CEPHIS», n.º 4, 2014. Moncorvo, Ed. Palimage. No Prelo.

** Investigadora do CITCEM – FCT / FL-Universidade do Porto, otialialage@sapo.pt

1. RECONSTITUIÇÃO DE UMA BIOGRAFIA QUASE DESCONHECIDA

1.1. Trajetória individual

Manuel Ribeiro da Lage, filho de António Ribeiro e de Maria Rodrigues da Lage, nasceu a 8 de Novembro de 1882, no lugar de Pé do Monte, freguesia de Serreleis, concelho e distrito de Viana do Castelo e faleceu no Hospital Militar, em Lisboa, (cidade onde muitos anos residiu, à Rua Francisco Pereira de Sousa, 9-r/ch.) na sequência de uma intervenção cirúrgica, motivada por uma queda, em Janeiro de 1980, a pouco mais de um ano de celebrar o seu 100º aniversário.

Teve do seu primeiro casamento com Maria José Ferreira da Silva, natural de Seixas, Viana do Castelo, dois filhos varões, também nascidos na cidade de Viana do Castelo, já falecidos: Edmundo Ribeiro da Silva Lage, nascido a 27 de Maio de 1916 e Flávio da Silva Lage que nasceu em 25 de Novembro de 1919.

Casou, já viúvo, em segundas núpcias, a 13 de Abril de 1939, com D. Maria da Conceição Barbosa Braga, familiar do brigadeiro Krus Abecassis e tia do general Soares Carneiro, candidato à Presidência da República, nas eleições presidenciais de 1980, posteriormente Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas.

Carpinteiro de sua profissão inicial, foi alistado com a idade de 20 anos, no Exército Português, como recrutado no Regimento de Infantaria (R.I.) 3, em 11 de Novembro de 1902, onde serviu mais de 13 anos, enquanto sargento ajudante, até 14 de Abril de 1916, data em que foi promovido a alferes por Decreto de 15 de Abril do mesmo ano.

Das suas habilitações literárias e profissionais, destacam-se o ter sido premiado no tiro com a espingarda em uso no exército, no ano de 1911, passando a atirador especial

Fig. 1 – Capitão Manuel Ribeiro da Lage [1882-1980]. Foto de arquivo familiar



Cedida pelo 1º neto varão, Jorge Bessa Lage

Fig. 2 – Capitão Lage e os seus dois filhos (1935). Foto arquivo familiar



Cedida pela bisneta Patrícia Lage

desde o mesmo ano e conclusão do curso da E. C.S. – Escola Central de Sargentos¹, no qual ficou distinto com a classificação de 15,6 valores. Havia já ficado igualmente distinto no 2º curso das escolas regimentais de Infantaria, em 6 de Agosto de 1904.

A esta primeira fase da sua vida militar, durante a qual permaneceu, mais de 7 anos em Timor, desde Fev. de 1905 até 20 de Set. de 1912, sucedeu-se uma carreira militar em que foi sucessivamente distinguido com promoções, condecorações, louvores, galardões e bonificações consecutivas de tempo de serviço.

Refira-se que já antes de ter estado em Timor, havia sido louvado com a idade de 22 anos, pela forma como se distinguira nos trabalhos de salvamento do vapor S. Tomé, naufragado em 24 de Novembro de 1904 no Mar Vermelho, e no transbordo para o vapor inglês Clau-Moelky (B.M.U. n.º 6, 1905).

Foi também agraciado com medalha militar de cobre da classe de comportamento exemplar (O.E. n.º 6, 2.ª Série de 1911)², tendo-se seguido a estas, outras condecorações, mormente as referentes à sua participação na I Guerra Mundial.

Fig. 3 – Foto do Capitão Lage e Esposa em visita à Flandres Ocidental, no Jardim de Ypres, 3-5-58.
Foto arquivo familiar



Cedida pelo neto varão, Jorge Bessa Lage

Se bem que no contacto pessoal e familiar o capitão Lage fosse muito reservado e de grande discrição no que se refere ao seu passado militar, nem por isso deixava de o reviver em certas ocasiões em que foi convidado a estar presente, em França, nas comemorações da batalha de La Lys, 9 de Abril de 1918 e em sessões de homenagem aos soldados portugueses do CEP, como a fotografia anterior documenta.

¹ Criada em 1896, junto à Escola Prática de Infantaria em Mafra.

² OE, sigla de «Ordem do Exército», boletim oficial do Exército Português, publicado mensalmente em três séries e que inclui matérias relevantes para o Exército, desde por exemplo transcrições do Diário da República, despachos ministeriais, do Chefe do Estado Maior do Exército e dos Comandantes de órgãos e serviços centrais, Condecorações, prémios e louvores, etc.

A nível pessoal e familiar, com base em traços reconstituídos a partir de memórias de seus descendentes, esboça-se o seu perfil de homem e cidadão.

Tivemos o privilégio de conviver com ele, figura de grande magnetismo pessoal, durante a década de 1970. Vivia, na altura em Lisboa, com a sua mulher, D. Conceição Barbosa Braga, tia do general do Exército, Soares Carneiro e familiar do major general da Força Aérea, Krus Abecassis, mais nova, cerca de 10 anos e, falecida antes dele, 15 dias apenas. Refira-se, como nota significativa sobre as convicções do capitão Lage, que sendo o trato pessoal entre ambos muito carinhoso, sempre que a conversa entre eles se direcionava para assuntos e questões de ordem política, ele interrompia frequentemente a esposa, a quem se referia como «miss» com o seguinte comentário «ó menina Çação, por favor, esteja calada porque nestes assuntos só diz asneira». Na verdade, ela reclamava-se de ser miguelista e monárquica integralista convicta.

Manuel Ribeiro da Lage era uma figura de estatura média e desempoeirada, contagiante garbo físico, porte cavalheiresco, olhar vivo, cabeça coberta por uma boina basca, e de personalidade forte e afirmada que se impunha, a um primeiro contacto, por uma certa aura, inteligência clara, conversação afável, simplicidade no trato, memória lúcida e despretensiosa face aos seus altos feitos militares só lembrados, pelos familiares mais próximos, mas que ele logo relativizava: «ó menino, eu nunca na minha vida, nem na guerra, dei um tiro nem matei ninguém». Era um homem de espírito aberto e moderno que nunca se eximiu a executar as mais variadas tarefas domésticas. Foi um pai extremo e respeitado dos dois filhos que educou sozinho desde as idades, respetivamente, de 17 e 14 anos os quais sempre se lhe referiam, carinhosamente, como «o velhote». Ao contrário do filho mais novo, que se viria a tornar um cumpridor funcionário público no sector das finanças respeitado pelo seu perfil democrata, compreensivo e tolerante, e falecido com 89 anos, em 2009, o filho mais velho, seguindo o exemplo de intervenção social, cívica e política do pai, aderiu, ainda jovem, ao Socorro Vermelho no apoio às forças republicanas contra as hostes nacionalistas de Franco, durante a Guerra Civil de Espanha, tendo estado preso no Aljube do Porto, de 1936 a 1937, 3 anos depois de um processo político movido contra seu pai. Ingressou no Partido Comunista Português onde militou até morrer em 1995, com 78 anos.

A ligação à família, do capitão Lage, continuou sempre a ser em relação aos filhos, bastante protetora e pedagógica embora com grande reserva de autonomia. Já no fim da vida, com 98 anos, após uma queda em casa que o levaria ao hospital, a equipa médica que o atendeu, manifestou-lhe a necessidade de solicitar aos seus filhos autorização para o operarem, ao que ele se opôs, decidindo por si, apesar das reservas médicas, submeter-se à operação cirúrgica recomendada como única alternativa, à qual o seu coração não conseguiu afinal sobreviver.

1.2. Carreira militar

A sua carreira militar no ativo que durou 35 anos, desde Novembro de 1902 a Dezembro de 1937, data em que passou à reserva por ter atingido o limite de idade, decorreu em Timor, França, Angola e Portugal. Já depois de se encontrar na reserva, continuou ainda a prestar serviço no DRR 10 e 18 (Distritos de Recrutamento e Reserva)³ até Setembro de 1938, como tesoureiro do Conselho Administrativo.

Havia sido promovido à categoria de alferes, para o R.I. – Regimento de Infantaria – 32, depois da sua permanência em Timor, logo em 15 de Abril de 1916, aos 33 anos de idade e foi colocado no R.I. 3 a 8 de Fevereiro de 1917. Embarcou para França, fazendo parte do C.E.P., em 16 de Março de 1917, desde quando se lhe aumentou em seu tempo de serviço 100% até ao seu regresso do campo de concentração, na Alemanha.

O batalhão de Infantaria 3 da «4.^a Brigada do Minho» que o então alferes Lage integrou durante a I Guerra Mundial, tinha a sede do comando em «Laventie» e constituía a Reserva tendo todas as companhias acantonadas nesta posição. De acordo com António Rosas Leitão, «a Infantaria 3 (originária de Viana do Castelo), a Infantaria 20 (originária de Guimarães), e a Infantaria 8 (originária de Braga) sofreram 60% das baixas, entre mortos, feridos e prisioneiros, dos seus efetivos, justificando a atribuição, após o final da I Guerra Mundial, de medalhas de valor militar e cruces de guerra quer às unidades da «Brigada do Minho» quer individualmente.

Participou no combate da Ferme du Bois em 24 de Setembro do mesmo ano. Foi feito prisioneiro dos alemães em 9 de Abril de 1918, dia da Batalha de La Lys, também chamada Batalha de Ypres 1918⁴ a qual pelas baixas registadas nas tropas portuguesas, foi já designada de uma segunda batalha de Alcácer Quibir, considerada desastre militar histórico nacional, tendo ficado ferido no combate desse dia, historicamente célebre.

Regressou a Portugal, após quase 1 ano de cativo, em 18 de Jan. de 1919, tendo sido promovido por distinção ao posto de tenente, desde o dia da fatídica batalha⁵. Posteriormente, embarcou para a então província de Angola, como expedicionário,

³ Estes distritos criados em 1888 foram sucessivamente alterados em termos de área geográfica e vieram a dar origem em 1939 aos Distritos de Recrutamento e Mobilização (DRM) que perduram décadas, passando em 1975, o nome a estar também associado à cidade onde estavam sediados.

⁴ Tratou-se da 4.^a batalha travada em Ypres, na Flandres, de 9 a 29 de Abril de 1918, tendo as três primeiras ocorrido respetivamente, em: 1914 (19 de Out. a 22 de Nov.), 1915 (22 de Abr. a 15 de Maio) e 1917 (31 de Julho a 6 de Novembro). Em 1917 os Alemães lançaram aí um gás vesicante que devido ao nome da cidade ficou conhecido por iperite.

⁵ Ver para uma descrição minuciosa da Batalha de La Lys, Guilhermina Mota, ob cit. Ver também Manuel do Nascimento – A Batalha do La Lys – 9 de Abril de 1918 (Dever de Memória), Edição bilíngue: português – francês. Paris: L'Harmattan, 2008.

em 3 de Set de 1922, tendo desembarcado em Luanda, 14 dias depois, em 17 de Set. de 1922 e aí permanecendo, cerca de ano e meio. De novo, de regresso à Metrópole, embarcou em Mossamedes a 4 de Fev. de 1924, só tendo desembarcado em Lisboa, a 19 de Mar. do mesmo ano. Passou então ao R.I. 3 sendo-lhe concedidas, desde 15 de Abr. de 1924, as vantagens estipuladas em vários diplomas legais vigentes à época⁶. Foi depois colocado como adido ao Quartel da Arma de Infantaria.

Entretanto, já com 43 anos, é promovido a capitão em 30 de Set. de 1926 e colocado no Regimento de Infantaria 23, passando a seguir, para o regimento de Infantaria 13 e, regressando de novo, a Infantaria 3, por determinação de 19 de Dez. de 1929.

1.3. Prémios, condecorações e louvores

É relativamente impressionante a lista dos agradecimentos com que Manuel Ribeiro da Lage foi distinguido logo desde o início da sua carreira militar, em que releva o louvor de 1904, apenas dois anos depois do seu recrutamento, passando pela condecoração com a medalha militar de cobre de classe de comportamento exemplar de 1911, e o prémio no tiro com espingarda em uso no exército, ainda no mesmo ano, em que se tornou atirador especial, conforme extrato do serviço militar anterior ao despacho a oficial, em 1916. Posteriormente, notabilizou-se de tal forma, com a sua participação, no C.E.P e, na célebre «Brigada do Minho», na I Guerra Mundial que, a partir de 1918, viria a receber sucessivamente as mais altas condecorações, em que se destacam as seguintes:

Medalha militar de prata da classe de comportamento exemplar, OE n.º 5 (2.ª Série de 1918);

Louvado pelo muito zelo, proficiência e dedicação levada ao sacrifício, com que tem desempenhado as funções de tesoureiro do Conselho Administrativo (30 de Setembro de 1919);

Medalha comemorativa das campanhas do Exército português com as legendas «França 1917-1918» e «Batalha de La Lys» 9-4-1918;

Medalha da Vitória, nos termos do D. 6186, OE n.º 23, (1.ª série) de 11 de Novembro;

Distintivo a que se refere o art.º 42º do R.O.M. correspondente à concessão da medalha de ouro de Valor Militar com que foi condecorada a companhia de que fazia parte do batalhão do R.I. 3, pelo feito de 9 de Abril de 1918, O.E. n.º 25 (2.ª Série) de 22 de Novembro de 1919;

Insígnia da promoção por distinção ao posto de tenente;

Cavaleiro da Ordem da Torre e Espada do Valor Lealdade e Mérito;

⁶ Decreto 5570 de 10 de Maio de 1919, artº 6º parágrafo único, modificado pela lei n.º 1039 de 28 de Agosto de 1920.

Cruz de Guerra de 1.ª classe, porque sendo comandante da 1.ª companhia do batalhão de Infª 3 por ocasião da batalha de 9 de Abril de 1918, «atravessou com ela das posições de reserva em Laventie para a Red-House a barragem da artilharia inimiga pouco depois de começar o combate, tomando acertadas disposições para a ocupação dos postos que foi mandado guarnecer debaixo da acção de bombardeamento que dificultava a sua missão e, mais tarde depois de destruídos os postos ocupados, manobrou para retardar o avanço inimigo, demonstrando a maior serenidade, coragem e valor, apesar de ser atingido por gazes e de gravemente ferido, dando assim um admirável exemplo de grande valentia e óptimas qualidades de comando, ficando finalmente prisioneiro»;

Fig. 4 – Medalhas militares atribuídas ao capitão Lage. Foto de espólio familiar



Cedida pela bisneta Patrícia Lage

Permitido usar a palma dourada sobre a fita da medalha da Torre e Espada (1922);

Cruz Vermelha de Dedicção, O.E. n.º 22 (2.ª Série), de 15 de Novembro de 1924;

Distintivo por ter feito parte da Brigada do Minho no C.E.P., (O.E. n.º 6 de 31-3-1926);

Oficial da Ordem Militar de Aviz, O.E. n.º 16 (2.ª Série) de 23 de Outubro de 1929;

Medalha militar de ouro da classe de comportamento exemplar, O.E. n.º 3 de 10 de Fev. 1933;

Cruz Vermelha de Mérito, O.E. n.º 8 (2.ª série) de 31 de Maio de 1935;

Condecorado com a medalha militar de ouro da classe de Valor Militar, por estar nas condições da alínea do parágrafo 1º do art.º 3º do Regulamento para a concessão de medalha militar, de 26 de Setembro de 1917.

1.4. Posicionamento nas operações militares da Grande Guerra

O Corpo Expedicionário Português que participou na I Guerra Mundial era composto por 105.542 homens, dos quais, 56.000 militares combateram na Flandres e sofreu 38.000 baixas, entre mortos em combate ou por doença, feridos e desaparecidos⁷.

⁷ A I Guerra não foi romântica – Jornal «Sol» de 24 de Janeiro de 2013.

1.4.1. Manuel Ribeiro da Lage na «Brigada do Minho»

IV Brigada, o Minho em nós confia /Seu nome honrado entrega em nossas mãos/E seu nome, que soou, de sempre, a valentia /Aos quatro batalhões – unidos como irmãos/Tudo a mesma Família – há-de servir de guia.

(A Canção da «Brigada do Minho» França, Julho de 1917, de E. Sardinha)⁸

A «Brigada do Minho» que ficou célebre na história militar portuguesa e mesmo dos Aliados, com a sua ação destemida e corajosa no campo de batalha na Flandres, durante a I Guerra Mundial⁹, era constituída pelos batalhões 3, 8, 20 e 29, todos recrutados maioritariamente no Minho e, reunida pelo coronel Almeida Barbosa, terá desaparecido, enquanto tal, na batalha de la Lys, a 9 de Abril de 1918, em que morreram cerca de 8.000 portugueses entre oficiais e praças¹⁰ e onde a maioria dos combatentes ficou ferida, gazeada, morreu ou foi feita prisioneira.

Fig. 5 – Oficiais da Brigada do Minho, («Ilustração Portuguesa», n.º 650,5/8/1918)



Manuel Ribeiro da Lage, na fotografia acima, o quarto oficial, de pé, a contar da esquerda, por detrás do comandante da Brigada, Coronel Almeida Barbosa, foi distinguido, como já vimos, por ter feito parte desta valorosa Brigada, integrando o batalhão de infantaria 3, enquanto comandante da sua 1.ª companhia. A revista

⁸ Coronel Eugénio Mardel – «A Brigada do Minho» na Flandres (9 de Abril): Subsídios para a História da 4.ª brigada do C.E.P. Lisboa: Serviços Gráficos do Exército, 1923. O Coronel Eugénio Mardel foi o segundo comandante da Brigada.

⁹ Ver artigo sobre a Brigada do Minho em «Ilustração Portuguesa», Lisboa, n.º 650, 5 de Agosto de 1918, p. 101-106.

¹⁰ Segundo relato de soldado sobrevivente em relatório das perdas de guerra do general Gomes da Costa, comandante da 1.ª brigada do C.E.P, dos 721 oficiais ficaram apenas 394 e dos 20.350 soldados ficaram 13.252. PEREIRA, Helena – *A I Guerra não foi romântica*. Jornal «Sol» de 24 de Janeiro de 2013.

«Ilustração Portuguesa» fazia, à época, a cobertura dos principais acontecimentos militares da I Guerra Mundial e noticiava a participação portuguesa nesta conflagração.

1.4.2. O alferes Lage na batalha de La Lys

Nesta guerra de rude batalhar / Ser alferes entre nós é ser Alguém! / No mais alto da escala militar, / São generais da Terra de Ninguém!

Herói e prisioneiro de guerra na Alemanha, o oficial Lage era então alferes e comandante da 1.^a companhia do batalhão de Infantaria 3, acantonado em Laventie que constituía a reserva e era um dos 4 batalhões da célebre 4.^a brigada de Infantaria do Minho, quando participou na batalha de La Lys, deslocando a sua companhia da posição de reserva para a Linha A da frente de batalha e atravessando, sob intenso bombardeamento, «a barragem da artilharia inimiga pouco depois de começar o combate». Com efeito,

...Pelas 9h já soldados de Infantaria 5 retrocediam – era como atrás se indica, uma unidade da linha de resistência que apoiava a Infantaria 2 a qual às 8,30h estava destruída – assim como passavam soldados ingleses a correr para a retaguarda, bem como sapadores mineiros, os quais informavam que a linha de apoio tinha rompido.

Destacou-se a sua participação na frente da batalha do oficial Lage, quer em Ferme de Bois, quer sobretudo na batalha de la Lys. O seu comportamento exemplar em batalha, conforme é narrado na atribuição que lhe é feita da Cruz de Guerra tem no poema em epígrafe, de autoria anónima, intitulado precisamente «Alferes», a melhor tradução, já que o mesmo evoca a posição na Guerra dos militares da mesma patente.

Tal posicionamento pode ser assim descrito:

Como oficial subalterno, o alferes estava mais próximo do soldado raso e mais exposto com ele ao perigo e a morte. Não era por acaso que a Linha A, a primeira linha de defesa e onde se davam os combates mais encarniçados, era vulgarmente conhecida, entre as forças portuguesas como a Linha dos Alferes. Os oficiais de mais baixa patente comungavam da dureza das trincheiras com as praças e por isso estas lhes reconheciam uma autoridade que se firmava na partilha quotidiana da luta e não na simples observância da hierarquia tradicional¹¹.

1.4.3. Vivências no campo de concentração na Alemanha

Foi em combate na principal frente da batalha de La Lys, para onde deslocara as tropas sob seu comando, que o alferes Lage foi atingido por uma bala de metralhadora inimiga que lhe varou a coxa, quando procurava pôr a salvo um comandante ferido,

¹¹ Ver descrição desta batalha em MOTA, Guilhermina, ob cit.

transportando-o às costas. Precisamente, nessa manobra de retirada, acabou por ser dado como desaparecido tendo sido feito prisioneiro pelas tropas alemãs e levado para o campo de concentração de Uchter – Fuchsberg, para oficiais, na Alemanha, donde só regressaria a Portugal em 1919. A 12 de Janeiro deste ano embarcou para Portugal a bordo do transporte inglês North Wester Miller, diretamente de Rotterdam (Holanda) tendo desembarcado em Lisboa a 18 de Janeiro¹².

Das circunstâncias da sua permanência no campo de prisioneiros, temos apenas memórias familiares¹³ de referências ocasionais suas a certas vivências desse período. Das dificuldades e limitações básicas aí experimentadas é ilustrativo o seguinte facto por ele referido e ainda hoje frequentemente lembrado pelo neto: «...roíamos muitas vezes as cascas de melões que nos eram lançadas por cima da cerca, pelos guardas...»

Mas, prossegue ainda o seu neto «para além da terrível experiência de vida no campo de concentração, conseguiria o alfares Lage reverter de algum modo, a extrema penosidade da situação, ao iniciar-se aí na aprendizagem da língua alemã que viria a dominar perfeitamente, apesar da escolaridade básica que possuía».

1.5. Percurso político

As condecorações e insígnias com que o capitão Lage foi distinguido ao longo da sua carreira militar de quase 40 anos, são bem elucidativas do valor e representatividade do seu desempenho militar exemplar. Também de não menor relevo é o seu percurso político de opositor ao regime ditatorial, o que lhe confere uma complexidade invulgar que poderá ter influído quer na descontinuidade posterior do seu reconhecimento oficial devido, quer no longo período de silenciamento de sua figura militar, e mesmo ocultamento do seu papel histórico.

Como atrás se indicou, foi ainda como alfares (embora promovido a tenente, retroativamente, com efeitos a partir de 9 de Abr. 1916, em 10 de Jul. 1920) que Ribeiro da Lage regressou do campo de concentração na Alemanha a 18 de Jan. 1919.

Data desse ano, a primeira referência ao seu envolvimento político ativo¹⁴, como um dos elementos cofundadores em Bragança da Federação Maximalista Portuguesa¹⁵.

¹² Boletim individual de M.R.L. alfares de infantaria do batalhão de infantaria n.º 3, 1.ª companhia, do 1º Corpo Expedicionário Português. Doc. de 7/6/1920 in Arquivo Histórico Militar.

¹³ Não tendo tido acesso a documentos e fontes precisas sobre esta matéria, socorremo-nos das memórias de seu neto varão, Jorge M. Bessa Lage (65 anos).Entrevista, Porto, 3 de Jan. de 2014.

¹⁴ Crónica de Nuno Teixeira Neves, citado por J.B.L., neto varão de M.R.L., em entrevista realizada em V. N. Gaia, 20/9/2009.

¹⁵ A Federação Maximalista Portuguesa, com o objetivo de «difundir os princípios tendentes ao estabelecimento do socialismo comunista», assumindo como tarefa prática imediata defender a revolução russa de 1917 e propagar os seus princípios, constituiu-se formalmente em Setembro de 1919, com a aprovação dos seus Estatutos e a publicação do seu órgão «A Bandeira Vermelha», de periodicidade

Pouco mais foi ainda possível descobrir desta sua atividade, sendo certo que desde 1922 a 1924 esteve como expedicionário em Angola, ex-colônia portuguesa em África.

1.5.1. Movimento de 3 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura militar

Já capitão, Manuel Ribeiro da Lage, participaria ativamente na preparação do Golpe de 3 de Fevereiro de 1927, com particular expressão no Porto, primeira tentativa de derrube da Ditadura Militar que antecedeu a instauração do regime fascista do Estado Novo em Portugal. Gorada a revolta, após combates com vários mortos e feridos, o destino de grande parte dos revoltosos foi o exílio ou a deportação. Entre eles se encontrava também o capitão Lage, deportado para a Madeira dias antes da eclosão da revolta conforme evoca artigo da cronista social do Diário Popular, Vera Lagoa (pseudónimo de Maria Armanda Falcão), cujo pai, Armando Augusto Pires Falcão, fora também um dos seus companheiros, (ver fotos 8 e 9).

Deste período são ilustrativos vários documentos fotográficos dos arquivos de família.

Fig. 6 e 7 – Fotografia (frente e verso) do desembarque no Faial – Madeira, 10/8/1928.

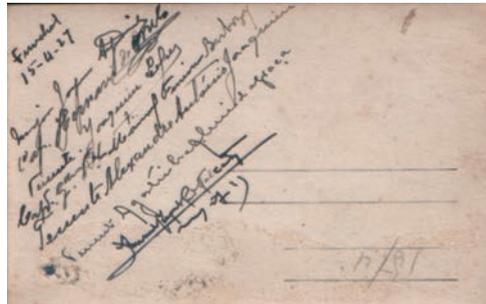
Foto Arquivo Familiar



Cedida pela bisneta Patrícia Lage

semanal, a partir do n.º 2, dirigida pelo ferroviário Manuel Ribeiro. A Federação Maximalista viria a dar origem em 1921 ao Partido Comunista Português.

Fig. 8 e 9 – Capitão Lage (o 3.º a contar da esquerda) com oficiais deportados na Madeira.
Foto Arquivo Familiar



Cedida por bisneta Patrícia Lage

Esta sua deportação na Madeira documentada por fotografias (figs 8 a 11), e relacionada com a preparação do Golpe militar de 3 de Fevereiro de 1927, uma das medidas da repressão que se abateu sobre os opositores da recentemente instaurada Ditadura Militar que derrubou o regime da I República, e conduziu à Ditadura Fascista, adquire outras dimensões e inteligibilidade no processo político e disciplinar que é mandado instaurar, em Outubro de 1929, contra o capitão Manuel Ribeiro da Lage, «acusado de conspirador ativo em Viana do Castelo»¹⁶.

Fig. 10 e 11 – Funchal, Abril de 1927 – Capitão Lage (o 4.º a contar da direita) noutro grupo de oficiais deportados, cujas assinaturas constam do verso da fotografia. Foto Arquivo familiar



Cedida pelo neto varão, Jorge Bessa Lage

¹⁶ Processo Político e Disciplinar do Capitão de Infantaria Manuel Ribeiro da Lage, da Direcção de Justiça e Disciplina [1927-1933] constituído por dezenas de documentos do Ministério da Guerra e do Ministério do Interior – Polícia de Informações, num total de 82 páginas e 5 fotografias individuais. Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/FO/033/1/419/404.

1.5.2. Processo político e disciplinar [1929-1933]

Assim, para o período de Outubro de 1929 a 13 de Março de 1933 várias são as referências documentais ao percurso político do capitão Lage de que destacamos.

Numa primeira fase, em 1929, um requerimento por si apresentado pedindo a transferência para o regimento de Infantaria n.º 3 de Viana do Castelo, por razões económicas e deveres familiares, foi objeto da seguinte parecer: «segundo informa o comandante desta última unidade, este oficial foi, em Janeiro de 1927, mandado apresentar nessa Repartição [2.ª repartição do Ministério da Guerra] por constar às autoridades locais que ele vinha tendo entendimentos com elementos civis, políticos adversos da atual situação, sendo então transferido para o regimento de Infantaria n.º 13» [Funchal – Madeira]. Sobre tal parecer de 30 de Outubro de 1929, recaiu, no dia seguinte este despacho do Ministro da Guerra: «pergunte-se à Polícia de Informações do Ministério do Interior¹⁷». A resposta a ofício confidencial enviado, nesta sequência, é: «nada consta... e por isso não vê inconveniente na sua transferência...»¹⁸; neste seguimento é feito o mesmo pedido de informação ao comandante da 1.ª Região Militar (Porto) que responde não julgar conveniente consultar a unidade sobre a colocação do requerente, desconhecido naquele comando, e acatar as ordens do Ministro da Guerra¹⁹. É então autorizada, a 23 de Novembro de 1929, a colocação solicitada deste oficial no Regimento de Infantaria n.º 3 de Viana do Castelo, onde é efetivamente colocado, mas posteriormente transferido, em 8 de Outubro de 1930²⁰, para o Comando Militar de Tavira, onde lhe é fixada residência obrigatória. Aqui requer que o autorizem a aguardar na sua unidade, em Viana do Castelo o resultado da sindicância, pedido que foi negado e mandado arquivar por «se estar procedendo a averiguações²¹».

Já numa outra fase, a partir de 1930, sabe-se que a vigilância e perseguição sobre Manuel Ribeiro da Lage, não cessaram, como se pode concluir, quer de um novo documento da Polícia de Informações do Ministério do Interior, de 6 de Março de 1930:

o epigrafado é um dos conspiradores mais activos e inteligentes de Viana do Castelo... deve ter no seu processo arquivado no Ministério da Guerra um compromisso de honra que tomou e ao qual faltou entrando num movimento revolucionário;

¹⁷ Informação interna do Ministério da Guerra – 1.ª Direção Geral – 2.ª Repartição, de 30 de Out. 1929.

¹⁸ Ofício n.º 489 da Policia de Informações de Lisboa, de 1 de Novembro de 1929.

¹⁹ Respetivamente, Nota Confidencial do Ministério da Guerra de 4/11/1929 e Informação do Camando da 1.ª Região Militar de 5/11/1929.

²⁰ Informação Confidencial do Comando da 4.ª Região Militar (Tavira) de 11 de Outubro de 1930.

²¹ Requerimento de 25 de Outubro de 1930 e respetivo despacho de 5 de Novembro do mesmo ano.

quer de uma Informação do Comando Militar de Viana, que faz o histórico do seu percurso, a sua oposição à ditadura militar, a alegada implicação na preparação da Revolta de 3 de Fevereiro e a sua consequente transferência compulsiva para a Madeira:

...anteriormente ao 3 de Fevereiro [Revolta militar de 1927] foi este Comando convidado a uma reunião no Governo Civil deste Distrito, onde o respetivo Governador Civil, Governador Civil substituto e administrador do Concelho de então lhe afirmaram que este oficial era desafeto à Ditadura e que esteve implicado na preparação daquele movimento, solicitando por isso a sua transferência imediata, que diziam se impunha, o que foi pedida, sendo então este capitão colocado no R.I. 13 no Funchal onde esteve perto de 3 anos. Requerendo depois a sua transferência para o R.I.3 aqui foi novamente colocado há 1 ano aproximadamente.

E prossegue informando que o referido oficial se comprometera, a não participar de movimentos adversos ao regime, nada constando que o tivesse feito desde então:

antes de partir para Tavira ...prestou novamente por escrito um compromisso de honra em como não deixaria nunca de cumprir as ordens dos seus legítimos superiores...Por isso convenço-me de que pelo menos desde que regressou do Funchal se acha alheio de qualquer acto de possível contrariedade á acção do governo actual²².

No âmbito do processo de averiguações²³ que lhe é mandado instaurar em nota confidencial de 29 de Out. de 1930, como a outros oficiais com residência obrigatória, foi interrogado sobre o teor da referida Informação da Policia de Informações de 6 de Março de 1930, que o acusa de participação ativa em «movimento revolucionário».

Dada a importância das suas declarações para uma melhor compreensão da estratégia de defesa adotada dentro das circunstâncias políticas e da sua condição militar, transcreve-se parcialmente a sua resposta subtil, onde joga com datas e factos para demonstrar a manifesta impossibilidade física, que afinal lhe fora imposta, com a sua transferência obrigatória para o Funchal, precisamente 5 dias antes da eclosão da Revolta de Fevereiro de 1929, de poder ser acusado de participação nessa Revolta.

que nunca se dedicou à prática de manejos conspiratórios contra a actual situação ou qualquer outra; que nunca assinou qualquer compromisso de honra até ao dia 5 de Outubro findo, tendo nessa data assinado um compromisso que entregou ao seu comandante do regimento, senhor Coronel José Cesário da Silva, no qual lhe afirmava pela sua honra não se ter dedicado á preparação de quaisquer manejos revolucionários e que continuaria como até essa data, a cumprir lealmente, dentro das normas estabelecidas pelos regulamentos

²² Informação manuscrita do Comandante do R.I. 3 de Viana do Castelo de 6 de Novembro de 1930.

²³ Auto de Averiguações de 3 de Novembro de 1930, Tavira. Documento manuscrito de 5 páginas.

militares, as ordens que recebesse do comandante do seu regimento; e que é absolutamente falso ter tomado parte em qualquer movimento revolucionário, visto ter permanecido na Ilha da Madeira, servindo no regimento de infantaria 13 (antigo 23) desde 28 de Janeiro de 1927 até fins de Dezembro de 1929, não lhe constando que durante esse período de tempo tivesse havido qualquer movimento revolucionário na Madeira, nem no Continente desde a data da sua colocação em Viana do Castelo, ficando com as suas declarações provada a insubsistência das acusações que lhe são feitas.

É então solicitado e anexado ao presente auto o já citado Relatório do Comandante do Regimento de Viana do Castelo que reporta as acusações do Governo Civil daquele Distrito contra Manuel Ribeiro da Lage de este «ser desafeto à Ditadura e que esteve implicado na preparação daquele movimento» de 3 de Fevereiro de 1927, abonando embora a favor do carácter e convicção militar do capitão Lage.

Estas são as duas peças consideradas no relatório do oficial averiguante para concluir ser «insubsistente a acusação da Polícia de Informações» e pronunciar-se no sentido de que podia «regressar à sua unidade...se superiormente for julgado conveniente²⁴».

Uma vez levados os autos do referido processo de averiguações a despacho superior são os mesmos objeto de prévia informação da Secção de Estudos concordante com as mesmas conclusões, pronunciando-se pelo arquivamento o que é despachado pelo Ministro da Guerra, em 2 de Dezembro de 1930 nos seguintes termos:

Passa ao quadro da arma, devendo perguntar-se onde deseja fixar residência excepto Viana do Castelo. Deverá antes de deixar Tavira entregar um compromisso de honra escrito de que não hostilizará a situação.

Em declaração dirigida ao Comando Miliar de Tavira, a 6 de Dezembro, o capitão Lage escreve «declaro que não desejo optar por qualquer localidade para minha residência na situação de colocado no quadro da arma» sobre a qual é anotado em 9 de Dezembro «Ficará em Tavira».

O que não obsta a que logo em 28 de Janeiro de 1931, venha a indicar a localidade de Serreleis, Viana do Castelo, donde era natural, para fixar sua residência justificando com a sua melhoria de situação económica nessa freguesia e declarando que:

para esse fim e em conformidade com a nota citada declaro sob minha honra conservar-me alheio a toda a acção revolucionária tendente a destituir a actual situação política, não cooperando nem na sua preparação nem na sua execução.

²⁴ Relatório datado de faro, 10 de Novembro de 1930.

Observe-se que estes documentos integrantes do processo político e disciplinar posterior à primeira e única Revolta consequente contra a Ditadura Militar, organizada por uma comissão de democratas nortenhos em que se destacavam, entre outros, o general Sousa Dias²⁵, o capitão João Sarmento Pimentel, Raúl Proença e Jaime Cortesão, lançam uma nova luz sobre este acontecimento e algumas das razões do seu malogro. A sua leitura interpretativa permite-nos salientar a seguinte hipótese no que se refere ao Golpe de 3 de Fevereiro de 1927, e à participação nele de militares como o capitão Lage, combatente distinguido e prisioneiro da I Guerra Mundial. Na verdade, perseguidos pela Polícia de Informação e compulsivamente afastados de suas unidades, por ação conjunta dos Ministérios do Interior e da Guerra, precisamente nas vésperas da eclosão deste Movimento, tal facto, ao acarretar a decapitação dessas chefias militares importantes pode ter contribuído para obstaculizar o sucesso da Revolta.

1.5.3. Fixação de Residências obrigatórias

A quando da instauração do processo político analisado já o capitão Lage se encontrava com residência fixa em Tavira, onde continuou, após o termo das diligências disciplinares e arquivamento do referido processo, verificando-se então, ao nível militar, não haver inconveniente para a sua transferência para Viana do Castelo, onde passará a ter residência fixa na freguesia de Serreleis, a partir de 15 de Fevereiro de 1931. No entanto, decorridos apenas 4 dias, recebeu ordem de marcha para Miranda do Douro onde lhe é então fixada residência obrigatória e onde a 6 de Junho desse ano, requer:

...tendo sido suspenso do exercício das suas funções desde 7 de Outubro do ano findo, data em que recebeu guia para se apresentar no comando militar de Tavira em cuja cidade ficou com residência obrigatória; tendo sido ali ouvido em processo de sindicância por factos que motivaram aquela suspensão, e, não lhe tendo sido aplicada, até esta data, qualquer sanção disciplinar ou criminal, requer que lhe seja notificada decisão final no competente processo...

A 13 de Julho de 1931 novo ofício da 2.^a Repartição da 1.^a Direção Geral do Ministério da Guerra pede informação sobre se haverá inconveniente na colocação do regimento de infantaria, n.º 8, Braga, a fim de o capitão Lage poder angariar os

²⁵ MARQUES, A.H. Oliveira (1975) – *O General Sousa Dias e as Revoltas contra a Ditadura (1926-1931)*. Lisboa : Publicações Dom Quixote. Ver ainda de PIMENTEL, João Sarmento (1974) – *Memórias do Capitão*. Porto: Inova, e a conferência de REIS, António (2007) – *Raul Proença e a participação em Fevereiro de 1927*. Arquivo da Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX.

recursos de que necessita para si e sua família, conforme requereu. Seguem-se as consultas habituais ao Ministério do Interior – Polícia de Informações e ao Comando da 1.ª Região Militar (Porto), sendo as respostas: «nada consta» e «não há inconveniente». Mas recebe ordem de marcha para Peniche onde fica com residência fixa, a partir de 24 de Out. de 1931 e onde requer uma licença de 20 dias em Dezembro, para passar o Natal em Viana do Castelo, com a família, o que lhe é deferido, com prorrogação.

Saliente-se que no ano seguinte, como aliás, nos anteriores, qualquer pedido seu de transferência de localidade, era objeto de prévio pedido de informação à Polícia de Informações do Ministério do Interior.

No início de 1932, o capitão Lage do R.I. 8 (Braga), resume assim a sua situação em requerimento de 27 de Janeiro, ao Ministro da Guerra:

...tem estado com residência obrigatória em diversas localidades, desde 7 de Outubro de 1930, pertencendo então ao R.I. 3 (Viana do Castelo); presentemente está nessa situação em Peniche.... O requerente encontra-se em más circunstâncias, para, com o seu reduzido vencimento em tal situação, poder, com honra, satisfazer ao estritamente indispensável para a manutenção de sua família e educação dos filhos, e para a sua própria manutenção, estando dela separado como tem estado. E parecendo-lhe não ter praticado qualquer acto que implique a sua continuação em tal situação, pois tem a consciência de ter sempre cumprido com lealdade os seus deveres militares, desejando por isso voltar ao serviço na sua nova unidade (Inf.ª 8) ...

Estas alegações são confirmadas pelo comandante do regimento de infantaria de Braga e informação subsequente de 7 de Fev. de 1932, do Ministério do Interior, a quem este requerimento fora remetido pelo Ministro da Guerra: «...a Polícia Especial deste Ministério diz ser perigosa a permanência deste oficial em qualquer unidade do Exército». O Ministro da Guerra indefere a referida petição do capitão Lage.

Após variadíssimas outras diligências do próprio, consultas, respostas e despachos oficiais, é enfim colocado, por despacho de 27 de Mar. de 1932, no Distrito de Reserva e Recrutamento n.º 3 do Norte, no Quartel de Bragança, onde se diz haver «mais necessidade de oficiais». Aqui irá mais uma vez requerer a sua transferência para Viana do Castelo, para assistência a filho menor de 16 anos «a receber tratamento de longa duração com absoluta imobilidade no leito por sofrer de uma coxa – vara no membro inferior esquerdo²⁶». Este pedido é também indeferido, a 15 de Mar. de 1933, apesar de informado pelo Comandante do Quartel de Bragança, em termos elogiosos:

²⁶ Requerimento de Manuel Ribeiro da Lage de 7 de Setembro de 1932, em Bragança, dirigido ao Ministro da Guerra.

o requerente é um bom e leal camarada, e trabalhador assíduo. É um precioso auxiliar de qualquer chefe. Demonstra no serviço muita dedicação e zelo, procurando conhecer profundamente todos os assuntos que lhe são cometidos. 'verdade o que alega no requerimento, sendo por isso de toda a justiça que lhe seja concedido o que requer.

1.5.4. Ligações à «Conspiração 27 de Outubro 1933» contra a ditadura fascista

O capitão Lage, vai surgir-nos ainda em intervenção política ativa, na «Conspiração de 27 de Outubro de 1933», com levantamento e assalto em «Infantaria 10», regimento aquartelado entre as muralhas do castelo de Bragança – ato de resistência democrática à ditadura fascista – que se traduziu em vasta conspiração em várias unidades do Norte do país, porém abortada por falhas de comunicação interna. A maior esperança dos conjurados da conspiração de 1933 estariam em Bragança, onde a Liga da Mocidade Livre, de tendência marxista, «tinha uma atividade intensíssima e era dada como exemplo às forças de Esquerda em todo o país²⁷». Esta organização era apoiada pelo pai do jornalista e ensaísta Teixeira Neves – advogado e «profissional de talento» mas que «era também um pouco louco: preso por republicano na Monarquia, por monárquico na República, por revirinho no Estado Novo»²⁸ – e pelo sargento ajudante Sacavém, um dos chefes presumíveis da insurreição armada, talvez de ligação comunista, e pelo «capitão Lage, da Maçonaria»²⁹. A filiação maçónica do Capitão Lage, era comentada em família como não devendo ser seguida, sendo proverbial o rombo no orçamento familiar das quotizações elevadas pagas, nessa condição³⁰.

2. DA BIOGRAFIA À HISTÓRIA

O sujeito histórico concreto que se foi desvendando e deixando entrever no quadro de uma complexa rede de relações e conjunturas históricas em que se inscreve, ao longo das várias dimensões da sua trajetória biográfica, apresenta um perfil denso ora de militar destacado, nas complicadas missões em que esteve envolvido, ora de cidadão politicamente ativo contra os regimes ditatoriais emergentes, em sua época e, nessa medida, alvo de sistemáticas perseguições, com reflexos nas condições de exercício e progressão na carreira militar e na sua vida pessoal e familiar. É porém, também essencial, para uma biografia individual mais compreensiva, feita com base na microanálise que nos ensina que «uma realidade social não é a mesma depen-

²⁷ NEVES, 1990: 30.

²⁸ NEVES, 2003: 50.

²⁹ *Ibidem*.

³⁰ Entrevista ao seu neto varão, Jorge Bessa Lage, Rio Tinto, em 20 de Fevereiro de 2014.

dendo do nível de análise – ou (...) da escala de observação»³¹, que se atenda ao conhecimento de contexto dos diferentes regimes e momentos históricos nacionais e internacionais que o oficial Ribeiro da Lage atravessou desde o seu protagonismo na I Guerra Mundial.

Na altura, a configuração dos Estados e a geopolítica da Europa eram bem diversos dos de hoje. O mesmo se pode dizer dos vividos pelo Capitão Lage, dada a sua longevidade que se prolongou até 1980 e que lhe permitiu atravessar vários acontecimentos e movimentos históricos nacionais em diferentes momentos. Importará observar, sintetizando, que desde a fase inicial da sua carreira militar em Portugal, Timor, I Guerra Mundial e Angola até ao período posterior ao 25 de Abril de 1974, cuja eclosão e afirmação vivenciou, foi protagonista de uma militância política ativa, a que não terá sido alheio o posterior e longo silenciamento a que seria votado desde a sua passagem à reserva, em 1939, por altura da eclosão da II Guerra Mundial. Como se viu, participou, ainda jovem na fundação da Federação Maximalista Portuguesa, em Bragança, em 1919, depois na preparação do Movimento de 3 de Fevereiro de 1927 contra a ditadura militar, e esteve ainda envolvido nos acontecimentos contestatários de 1933, contra a ditadura fascista do Estado Novo. Pese embora a manutenção posterior de uma rede de relações e amizades com militares de alta patente, como por exemplo, o comandante militar da região de Lisboa, nos anos 1950, relações que se conhecem, através de sua correspondência, lúcida, regular e sempre atualizada, sobre os mais variados assuntos da vida política nacional, deve salientar-se o aparente mas acentuado contraste entre o dinamismo e vitalidade da primeira fase da sua vida ativa e a obscuridade em que parece ter vivido os últimos 40 anos de sua trajetória pessoal marcada embora por uma vida lúcida, saudável mas sempre insubmissa aos poderes instituídos, até ao fim.

Estamos assim em presença de uma individualidade nada linear e de uma figura histórica polifacetada, cuja biografia densa se inscreve em diferentes conjunturas de grande relevância histórica que marcam Portugal no século XX.

Porém, só num jogo estabelecido entre os factos particulares e a dimensão mais ampla dos contextos sociais e políticos, a exemplo de trabalhos historiográficos já consagrados como os de história social e micro-história desenvolvidos, entre outros, por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, e Edoardo Grendi³² se poderá viabilizar a construção de uma leitura mais densa e rica das posições deste ator social e histórico que

³¹ REVEL, 1998: 12-13.

³² LEVI, Giovanni (2000) – *A herança imaterial. Trajectória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; GINZBURG, Carlo (1998) – *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras; GRENDI, Edoardo (1964) – *L'avvento del laburismo. Il movimento operaio inglese dal 1880 al 1920*. Milano: Feltrinelli.

observamos como um «excepcional normal»³³, partindo de uma descrição e análise do episódio normal e do detalhe significativo para procurar reconstruir um contexto de natureza histórico-social de certo modo inacessível de outra forma.

Tal deverá ser um dos desenvolvimentos subsequentes do presente estudo, já que, em nossa perspetiva, é no âmbito mais vasto destas preocupações teóricas, substantivas e metodológicas, que se devem circunscrever as possibilidades de relações que podem ser constituídas entre uma descrição/narrativa biográfica e a escrita da História. No que a esta última se refere, pode ainda considerar-se a abordagem anterior na linha da história biográfica próxima da micro-história, um contributo representativo para uma biografia de coletividade. Esta orientação metodológica de vocação transdisciplinar justifica-se quer pela natureza das fontes e dados factuais sobre uma singular trajetória biográfica reconstituída, com base numa reconstrução histórica por meio da concentração meticulosa de detalhes significativos e exemplos particulares quer pelo interesse que, nessa medida, este estudo a par de outros contributos similares³⁴ pode ter para a reconstituição de uma biografia coletiva de militares e heróis portugueses combatentes da I Guerra Mundial, a elaborar em base de dados ou site on-line. A construção de tal suporte de informação cumulativa, justifica-se ainda no âmbito dos estudos prosopográficos (STONE, 1971: 46, 134). Assim, em estudos transversais à biografia e história se poderá melhor compreender o significado da figura histórica biografada e sua posição na hierarquia social, assente em «uma leitura estratificada da realidade social que contribua para restituir a pluralidade de vozes que a compõem»³⁵.

CONCLUSÃO

Um crescente interesse pelas biografias tem vindo a ocorrer em diferentes tradições historiográficas, desde a nova história francesa, aos historiadores contemporâneos ingleses de inspiração marxista, à micro-história italiana, à recente historiografia alemã, à história cultural norte-americana, etc. A esta luz, como interpretar a trajetória deste militar, protagonista histórico de alguns singulares acontecimentos mundiais e nacionais do séc. XX? Combatente da I Guerra Mundial, militar condecorado e

³³ Noção introduzida pelo historiador genovês E. Grendi, podendo ter dois significados: «o do registro só aparentemente excepcional, mas que constitui uma prática vulgar na quotidianidade da vida» ou «de que justamente o excepcional, a transgressão, a marginalidade e o desvio podem dar conta da norma» (Sandra Pesavento). A relação de Grendi com a obra de Edward Thompson, evidencia a importância da história social no desenvolvimento de temas fulcrais da micro-história, desde a preocupação com a constituição dos grupos sociais, o significado da sua ação cultural, a transformação social, etc..

³⁴ Ver por exemplo: PEREIRA, Margarida Portela Costa – *António José Nunes de Carvalho: um soldado português na grande Guerra*. Disponível em <http://www.operacional.pt>, consultado em 2 /3/2014. Ver também Revista CEPHIS, n.º 4, 2014, no prelo.

³⁵ CERRUTTI, 1998: 196.

considerado exemplar por seus comandantes, apreciações aparentemente aceites pelo Ministério da Guerra, era ao mesmo tempo, tido pela Polícia Especial do Ministério do Interior, como conspirador perigoso não devendo estar colocado em qualquer unidade militar. Assim, estando o sujeito histórico analisado, submetido, como vimos, a apreciações oficiais opostas e sofrendo-lhe os efeitos, como compreender a sua enigmática condição existencial e profissional no quadro da história do Exército e no da História Política? Face a tais questões cujas respostas poderão ajudar a suprir algumas das lacunas deste estudo, perspetivamos o biografado como um «analyseur» de movimentos e conjunturas relevantes de seu tempo.

BIBLIOGRAFIA

- CORTESÃO, Jaime – *Memórias da Grande Guerra* (1916-1919). Porto: Edição da Renascença Portuguesa.
- GINZBURG, Carlo (1998) – *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras.
- GRENDI, Edoardo (1964) – *L'avvento del laburismo. II movimento operaio inglese dal 1880 al 1920*. Milano: Feltrinelli.
- LEVI, Giovanni (1996) – *Usos da biografia*. In AMADO J., FERREIRA, M.M. – “Usos e abusos da história oral”. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas editora.
- MARDEL, Eugénio (1923) – «*A Brigada do Minho*» na Flandres (9 de Abril): *Subsídios para a História da 4.ª brigada do C.E.P.* Lisboa: Serviços Gráficos do Exército.
- MOTA, Guilhermina (2006) – *Batalha de La Lys: um relato pessoal*. «Revista Portuguesa de História», t.XXXVIII, p. 77-107.
- NASCIMENTO, Manuel do (2008) – *A Batalha do La Lys – 9 de Abril de 1918 (Dever de Memória)*, Edição bilingue: português – francês. Paris: L'Harmattan, 2008.
- NEVES, Nuno Teixeira (1990) – *Os disfarces de Orfeu*. Porto: Afrontamento.
- NEVES, Nuno Teixeira (2003) – *O Falso testemunho*. Porto: Campo das Letras.
- PEREIRA, Margarida Portela Costa – *António José Nunes de Carvalho: um soldado português na grande Guerra*. Postado em «Operacional – defesa, forças armadas e de segurança». Disponível em <http://www.operacional.pt>, consultado em 2/3/2014.
- STONE, Lawrence (2011) – *Prosopografia*. «Revista de Sociologia e Política» V. 19, N.º 39: 115-137.

FONTES

- Processo Político e Disciplinar do Capitão de Infantaria Manuel Ribeiro da Lage.
Arquivo Histórico Militar, referência PT/AHM/FO/033/1/419/404.
- Nota dos assentos que tem no registo de matrícula o oficial, capitão Manuel Ribeiro da Lage.
Documento oficial dactilografado, [1902-1939]. Arquivo familiar.
- Ilustração Portuguesa*, Lisboa, n.º 650, 5 de Agosto de 1918, p. 101-106.
- Coleção de documentos, objetos e fotografias. Arquivo Familiar.

